

A ambiguidade da singularidade: a incorporação da questão racial brasileira pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas décadas de 1920 e 1930

The ambiguity of uniqueness: an incorporation of the Brazilian racial issue by the Communist Party of Brazil (PCB) during the 1920s and 1930s

Marcelo Silva*

Resumo: Este texto apresenta uma reflexão sobre o tratamento que o PCB – partido político mais antigo do Brasil – dispensou à questão racial brasileira nas suas primeiras décadas de existência, fundamentalmente, as décadas de 1920 e 1930. Utilizando-nos de fontes bibliográficas, documentos oficiais e artigos da imprensa vinculada ao partido concluímos que: se por um lado, o PCB não ignorou a questão racial brasileira, por outro tratou-a lateralmente nos seus documentos e ação institucional muito por conta da assimilação da tese de que a singularidade do desenvolvimento social e histórico brasileiro determinaria um tipo de sociabilidade na qual a modernização da sociedade possibilitaria a superação do racismo, por isso mesmo, questões relativas às classes sociais sobrepujariam a questão racial brasileira, mesmo quando amalgamadas.

Palavras-Chave: PCB; questão racial; singularidade brasileira.

Abstract: This text offers a reflection about the treatment that the PCB – the oldest political party in Brazil – the attention given to the race issue in first decades of existence, mainly in the 1920s and 1930s. Using bibliographic sources, official documents and press articles linked to the party we conclude that: if on the one side, the PCB did not ignore the Brazilian racial issue, on the other, it dealt with it laterally in its documents and institutional action, largely due to the

* Mestre em Planejamento e Gestão do Território e Doutorando em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). E-mail: mms11101974@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7521-1994>.

assimilation of the thesis that the uniqueness of Brazilian social and historical development would determine a type of sociability in which the modernization of society would make possible the overcome racism, for this very reason, issues related to social classes would overlap the Brazilian racial issue, even when amalgamated.

Keywords: PCB; Racial Issue; Brazilian Uniqueness.

Introdução

O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB) – que posteriormente, no ano de 1961, passaria a ser chamado de Partido Comunista Brasileiro – foi, da sua fundação no ano de 1922 até o ano de 1964, pouco antes do “racha” e apesar das perseguições e da ilegalidade e/ou clandestinidade na maior parte desse período, talvez o único representante da classe operária no sistema partidário brasileiro no que tange o espectro político mais à esquerda.

No entanto, nas suas décadas iniciais, uma das questões estruturantes do desenvolvimento e da sociabilidade brasileira, a questão racial, foi lateralizada na abordagem do partido sobre a luta de classes. Ainda que tenha sido pioneiro em amalgamar as categorias de classe e raça no país, o PCB não conseguiu formular, à época, um programa que respondesse aos problemas que envolviam populações racializadas como a população negra ou a indígena. A questão racial tem sido objeto de discussão e conflito desde o início da colonização do país. Indígenas e africanos, espoliados, escravizados e explorados com extrema violência, resistiram ao arbítrio colonial dentro das suas possibilidades, e é a esse encontro violento atrelado às relações de poder, de dominação e resistência entre essas populações (indígenas e africanos) e os colonizadores brancos que estamos tipificando como a politização da questão racial no Brasil.

Essa politização é parte fundamental da história do país, mas que em vários momentos – em nome de uma noção de “brasilidade” cuja serventia esteve mais atrelada às classes dominantes, majoritariamente brancas, do que à população negra ou à indígena – foi silenciada. Ainda que timidamente e de certa forma reproduzindo essa noção de “brasilidade” expressa no que Tavolaro¹ chamou de tese da singularidade brasileira, como veremos, o PCB politizou a questão racial e foi fundamental para introduzir o debate desta questão nos partidos políticos brasileiros. No entanto, essa politização se deu no nível do debate interno de militantes e intelectuais, e pouco constou das determinações institucionais do partido que não produziu uma análise mais aprofundada sobre a questão racial em seus documentos que estamos considerando como oficiais (resoluções, estatuto, órgão de imprensa etc.).

1 TAVOLARO, Sergio B. F. A tese da singularidade brasileira revisitada: desafios teóricos contemporâneos. In: **Dados**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 3, p. 633-673, set. 2014.

Este texto, que se pauta em uma abordagem bibliográfica e de análise documental, está dividido em quatro seções além desta introdução e das considerações finais. Na primeira discutimos em perspectiva histórica a politização da questão racial no Brasil e a inserção do PCB nesta. Na segunda argumentamos que o partido, em alguma medida, reproduziu os pressupostos da tese da singularidade brasileira e de um arcabouço teórico que, no que diz respeito à questão racial, privilegiou a noção de miscigenação e equilíbrio racial a despeito dos conflitos racializados na sociedade brasileira. Na terceira argumentamos que por conta da apropriação de tal tese a questão racial foi lateralizada por certo período na sociedade e no partido, sendo pensada e discutida por seus militantes e intelectuais, porém, por iniciativa própria e não por orientação da direção do PCB. Na quarta analisaremos alguns documentos do PCB e daquilo que poderíamos chamar de sua imprensa “oficial” para corroborar a argumentação de uma timidez institucional na abordagem da questão racial no país no que diz respeito à população negra.

O PCB e a politização da questão racial no Brasil

A POLITIZAÇÃO da questão racial no Brasil é um fenômeno que remonta ao período colonial.² O imenso contingente de africanos aprisionados e traficados para o país visando o trabalho compulsório foi inevitavelmente desumanizado e conseqüentemente impulsionado a movimentos de insurgência limitados à lógica contraditória do sistema escravista, ao que Joaquim Nabuco³ chamou de “conspiração perpétua” ou a luta constante para a formação de uma nação livre da escravidão. As insurgências dos escravizados, expressas na quilombagem,⁴ se traduziram em manifestações de resistência e se estabeleceram como a expressão mais radical das contradições do regime escravista.⁵

As insurgências decorriam tanto da extrema exploração e brutalidade física às quais eram submetidos quanto ao fato de os escravizados não possuírem reconhecimento e a condição jurídica de cidadãos, sendo assim, no período de trabalho escravo, ainda que houvesse espaço para alguma luta por melhores condições de existência, o objetivo principal era o da liberdade jurídica. As lutas políticas por melhores condições de trabalho e de vida nas sociedades de dominação burguesa carecem de alguma forma republicana de organização da sociedade e de alguns direitos civis garantidos; na inexistência destes postulados, a luta só poderia ser pela supressão da forma de trabalho cruel e compulsório. Foi nisto que consistiu a luta pela abolição e, mesmo no período pós-abolição, apesar de abolida legalmente a escravidão, a condição de “cidadão” do negro ainda seria objeto de discussão e disputa.

2 MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

3 NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. p. 61.

4 Ações de resistência empreendida pelos escravizados contra a opressão no regime escravista.

5 MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1992, p. 22.

Como até 1922, antes da Fundação do Partido Comunista do Brasil, não existiam políticos no país partidos que poderíamos caracterizar como partidos marxistas, revolucionários, também não existia ainda a perspectiva de suprimir o modo de produção capitalista, por isso, no período pós-abolição, os negros, então libertos, se organizavam contra a precariedade em que se encontravam decorrente da forma pela qual a profunda mudança social (fim da escravidão) se estruturou. Não existia necessariamente uma ideologia política implícita e sim uma postura política contra a ordem, no caso, a republicana.

Portanto, ainda que a politização da questão racial estivesse na pauta das organizações dos negros desde a colônia⁶ ou abolição,⁷ é no PCB que será debatida a partir de categorias e uma gramática própria da esquerda política – transcendendo assim o fenômeno racial –, como luta de classes, revolução, comunismo, socialismo, ditadura do proletariado etc.

Apesar disso, o pequeno número de estudos sobre a questão racial no PCB é um indicativo da guetificação dessa questão no debate no partido sobre a realidade brasileira, apesar de sua presença. A tensão entre o peso relativo da raça nas determinações de uma estratégia revolucionária dividia as posições entre os pecebistas de considerá-la ou não relevante numa visão prospectiva do socialismo/comunismo.

Chamamos a atenção, dentre esses estudos, para os de Chadarevian,⁸ Alfonso e Matos,⁹ Graham,¹⁰ Sotero,¹¹ Lima¹² e Domingues¹³ que versam principalmente sobre as questões acima assinaladas no PCB com abordagens analíticas distintas.

O estudo de Chadarevian¹⁴ é um referencial importante por conta do esforço de trabalhar com uma extensa bibliografia e documentos, além de uma tese original: a de que as dificuldades em lidar com o fenômeno racial criticamente no PCB se deram principalmente por uma interpretação equivocada da realidade e singularidade brasileira e não porque fosse um partido racista:

Procuraremos mostrar que a crítica deficiente ao problema racial por parte do PCB está relacionada à interpretação teórica do partido para a realidade econômica nacional em um país considerado semicolonial, independente

6 MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

7 GOMES, Flávio S. **Negros e política** (1988-1937). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

8 CHADAREVIAN, Pedro C. **Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)**. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

9 ALFONSO, Daniel; MATOS, Daniel (org.). **Questão negra, marxismo e classe operária no Brasil**. São Paulo: Edições Iskra, 2013.

10 GRAHAM, Jéssica. A virada antirracista do Partido Comunista do Brasil, a Frente Negra Brasileira e a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. In: DOMINGUES, Petrônio; GOMES, Flávio S. (org.). **Políticas da raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2014. p. 283-300.

11 SOTERO, Edilza. **Representação política negra no Brasil pós-Estado Novo**. 2015. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

12 LIMA, Aruã S. **Comunismo contra o racismo: autodeterminação e vieses de integração de classe no Brasil e nos Estados Unidos (1919-1939)**. 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

13 DOMINGUES, Petrônio. Minervino de Oliveira: um negro comunista disputa a presidência do Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 101, p. 13-51, ago. 2017.

14 CHADAREVIAN, op. cit.

politicamente, mas subordinado ao capital estadunidense e, no plano interno, a uma classe dominante agrária feudalista.¹⁵

Para Chadarevian,¹⁶ o PCB participou de forma ativa, política e teoricamente, das discussões sobre o racismo no país, no entanto, se considerarmos uma atuação mais aprofundada (institucional) do partido em relação à questão racial, as evidências que este e outros autores(as) apresentam não nos parecem suficientes para tal assertiva. Nosso argumento é que a questão racial nas primeiras décadas de existência do PCB se revelou mais como uma discussão teórica do que influenciou uma ação política mais efetiva no partido, sendo objeto de preocupação de alguns de seus militantes com posições ora convergentes, ora divergentes a depender do período histórico, embora na década de 1930 o partido tenha atuado politicamente junto às massas no sentido de denunciar as mazelas da população negra no país.

Os militantes do PCB que mobilizaram politicamente a questão racial debatendo-a em congressos afro-brasileiros e na imprensa, apresentando projetos de leis no parlamento e reivindicando políticas públicas para a população negra (Jorge Amado, Aydano Couto Ferraz, Édison Carneiro e Clóvis Moura), foram exceções no partido e não exerceram a influência de dirigentes como Octávio Brandão ou Luís Carlos Prestes. É importante considerar que a noção de democracia racial e a miscigenação de fato produziram um certo anestésico para que os conflitos e as desigualdades raciais não fossem percebidos como fatores estruturantes da formação do Brasil, e o PCB, nascido e estruturado nesse contexto, assimilou e externou esses pressupostos, mas, ao mesmo tempo, com posições internas conflitantes que de certa forma os questionava.

A resistência do operariado organizado em considerar a questão racial como central na lógica de uma luta de classes num país de cariz historicamente miscigenado e negro como o Brasil não impediu a presença de negros em suas fileiras, desde que a bandeira principal defendida por estes fosse a oficial do partido, que tendia a enxergar a classe como estruturante e a raça como superestrutura ideológica ou um epifenômeno da classe.¹⁷

Argumentamos que essa suposta separação e subsunção da raça à classe advém da manutenção no pós-abolição de uma determinada hierarquia social que, segundo Guimarães,¹⁸ “impediu que se desenvolvesse explicitamente entre nós uma rígida hierarquia racial. Ou seja, a subcidadania da maioria dos negros e mestiços evitou por muito tempo que as raízes raciais da hierarquia social fossem visíveis”. Nas primeiras décadas do século XX, tanto as organizações negras como a *Imprensa Negra* (periódicos, jornais etc.) ou a Frente Negra Brasileira (FNB) quanto o PCB tendiam, cada qual a sua maneira, corroborar a separação entre raça e classe, as primeiras destacando a variável racial numa perspectiva conservadora

15 Ibidem, p. 258.

16 Ibidem, p. 256.

17 LIMA, op. cit., p. 124.

18 GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. *Lua Nova*, São Paulo, n. 85, p. 13-40, 2012, p. 16.

no que diz respeito à ordem estabelecida e o segundo numa perspectiva revolucionária, porém, apenas classista.¹⁹

Também é importante notar que nesse período o país estava em busca de uma identidade nacional e as discussões sobre a miscigenação e seu “abrasileiramento” ganhavam força no meio político. Num contexto em que o racismo científico impactava nas análises sobre o caráter do povo brasileiro – povo esse que para muitos ainda não estava formado ou não possuía uma “identidade” propriamente dita – e nas discussões sobre as causas do atraso. Defender os aspectos positivos da miscigenação era uma atitude contra-hegemônica do ponto de vista de uma narrativa fundacional racista.

A comunidade nacional em formação tinha na mobilização negra e suas demandas um importante fundamento, no entanto, essa mobilização tendia a uma perspectiva conservadora e a uma certa nostalgia monárquica,²⁰ além de baseada numa “solidariedade racial” que tinha como objetivo equilibrar as tensões que insurgiram numa sociedade extremamente desigual e que pretendia incluir a população negra nesses projetos de modernização. Portanto, a “fraternidade racial”,²¹ ou seja, a ideia de harmonia relacionada à percepção de que existiria no Brasil uma intimidade nas relações entre negros e brancos já fazia parte do imaginário da nação muito antes de *Casa-grande & senzala* de Gilberto Freyre e da noção de democracia racial. Tanto a obra quanto o conceito buscaram explicar uma realidade já existente, mas, ainda assim, é inegável que são importantes nas interpretações intelectuais posteriores e no projeto de país que se pretendia.

A “virada culturalista” ocorrida na década de 1930 – quando o discurso antirracista ganhou força – era parte de uma totalidade que somada a uma virada econômica e política apontava para estratégias de modernização sintetizadas sob a forma do nacional-desenvolvimentismo. No nacionalismo político crescente, a inclusão racial tornar-se-ia um importante fator gregário sem o qual a consolidação de um “povo” seria impossível.

Foi nesse contexto que as teses do racismo científico perderam força no discurso público – mantendo-se tácito nas relações privadas e institucionais – e a consciência negra formada nas lutas políticas desde a colônia ganhou força e impulsionou uma mobilização antirracista, nesse momento, quase que exclusiva da população negra. Esse antirracismo ainda não havia sido definido do ponto de vista do seu espectro político, isto é, não poderia ser definido como um “antirracismo de direita ou de esquerda”. Seria, pois, objeto de disputa entre correntes políticas antagônicas: comunistas e integralistas, estes últimos identificados com os movimentos fascistas que se fortaleciam na Europa.

19 JACINO, Ramatis. Frente Negra, Ação Integralista e o conservadorismo como estratégia de enfrentamento ao racismo – 1930-1937. **Revista de História**, São Paulo, n. 181, p. 1-29, 2022.

20 SILVA, Marcelo M.; JACINO, Ramatis.; JARD DA SILVA, Sidney. Da contra-hegemonia política às políticas contra-hegemônicas: as ações afirmativas para negros na sociedade brasileira. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 55, n. 1, p. 1-11, jan./abr., 2019.

21 ALBERTO, Paulina. **Terms of inclusion: Black intellectuals in twentieth-Century Brazil**. Raleigh: The University of North Carolina Press, 2011.

Graham²² sustenta a ideia que o “PCB visava promover certa solidariedade racial e internacionalismo negro entre os afrodescendentes como tática para angariar poder político no país”, e aponta que o empenho do partido na liderança de um movimento antifascista e contrário ao governo de Getúlio Vargas fez com que o PCB militasse em prol de uma consciência racial tecendo críticas tanto à Frente Negra Brasileira (FNB) quanto à Ação Integralista Brasileira (AIB). Assim, a resposta do partido foi um antirracismo comunista e militante.²³ Embora a historiadora destaque que essa mudança política em prol de um antirracismo não foi interpretada e adotada popularmente e nem mesmo que essa mudança política refletiu a opinião das lideranças do PCB ou das bases populares, o partido, ao assumir a luta antirracista como elemento da luta anticapitalista, poderia se beneficiar da militância negra engendradora pelas injustiças raciais.²⁴

Ou seja, pela argumentação da autora, a iniciativa da luta antirracista foi da militância negra e o partido possuía um interesse pragmático na questão racial: aumentar sua militância e ampliar seu poder político. Ao destacar a força da coletividade negra para a luta política, Graham aponta para algo fundamental: de que em qualquer época é o negro que vai lutar pelo antirracismo, independente desse ser ou não, ao menos no discurso, uma bandeira da sociedade brasileira. De todo modo, esse interesse do partido diminuiu após 1935 por influência do terceiro período da Internacional Comunista (IC), que determinava como secundária a luta em torno da questão racial e do antirracismo de modo geral.²⁵

O PCB e a tese da singularidade brasileira

O PERÍODO DE RADICALIDADE antirracista do PCB apontado por Graham durou pouco, no entanto, é importante destacar, o partido de maneira geral não reproduziu os pressupostos do racismo científico em relação a um suposto inatismo étnico/racial na contramão de outros partidos comunistas de países centrais,²⁶ porém, de maneira ambígua, ora negava – “dialetizando” o nacional e o internacional – e ora afirmava – reforçando a noção de um caráter singular do desenvolvimento brasileiro – uma determinada perspectiva da formação e desenvolvimento social do país que Tavolaro²⁷ denominou de *tese da singularidade brasileira*, que se revelou “a ideia-força mais poderosa e penetrante de nosso pensamento social”. O silêncio sobre a questão racial corroborava a imagem de fluidez racial que se formava desde o início do século XX e viria a se consolidar na década de 1930, uma das características da “singularidade nacional para exportação” que confrontava as teses embasadas no racismo científico ou numa visão negativa da miscigenação.

22 GRAHAM, op. cit., p. 283.

23 Ibidem, p. 284.

24 Ibidem.

25 Ibidem, p. 297.

26 CHADAREVIAN, op. cit., p. 257.

27 TAVOLARO, op. cit.

A sociologia da modernização implícita na tese da singularidade (ou excepcionalidade) da sociabilidade nacional influenciou a abordagem sobre a questão racial do PCB até, pelo menos, o golpe de estado de 1964. A singularidade da experiência brasileira não pode ser tomada apenas como um falso artifício ideológico com vistas à dominação, tampouco é diagnóstico absoluto para os problemas e soluções para o país. É uma perspectiva que orientou e continua orientando interpretações diversas e que em momentos específicos podem, inclusive, servir aos anseios e tarefas nacionais, “como se houvesse uma correspondência necessária entre contextos determinados e certos universos mentais e normativos”.²⁸

Não estamos dizendo com isso que as condições sócio-históricas reduzam os indivíduos a títeres de seu tempo sem que possam ultrapassar esses limites, mas que sua relação com o Estado e a sociedade produz internalizações advindas de sua participação no mundo social, em outras palavras, por mais profícuos e originais que sejam o pensamento e a ação social de determinada época, não podem ultrapassar o que ainda não estava posto, a não ser pelo artifício da ficção. Por isso, determinadas formas de entender e expressar o mundo social se tornam hegemônicas em determinadas épocas – pensamos aqui na democracia racial nos anos 1930 e 1940 como um paradigma social, ainda que não manifesto – até que suas contradições, latentes, emergem e as tornam permeáveis às contestações contra-hegemônicas.

Mas no que consistia a tese da singularidade brasileira? Qual sua relação com a questão racial? E qual sua influência nas proposições e posições políticas do PCB em relação à questão racial?

Tavolaro²⁹ indica o que chama de “núcleo duro” das abordagens de tal tese: uma economia titubeante acompanhada por uma burocracia político-administrativa imatura e um corpo social débil e incapacitado de se autonomizar em relação ao Estado; uma ordem tradicional que se perpetua orientada por padrões de conduta não de todo racionalizados e a presença de concepções místicas que estimulam a presença religiosa tanto na esfera privada quanto na pública, inclusive “influenciando processos públicos de tomada de decisão”.³⁰ As esferas pública e privada, aliás, se entrelaçam criando uma indiferenciada esfera doméstica nos domínios públicos onde comportamentos igualitários e impessoais perdem sentido, “o funcionamento dos espaços públicos estaria viciado, com frequência raptado pelas vontades e interesses particularistas dos segmentos mais poderosos da população”;³¹ o tipo psíquico brasileiro, pouco centrado e capturado por vontades e desejos primários, não seria capaz de lidar com os padrões modernos de desenvolvimento baseados na disciplina e racionalidade, por outro lado, acarretaria uma plasticidade que o capacitaria para a adequar-se às diversas situações, inclusive sobrepondo esta (a plasticidade) àquelas (disciplina e racionalidade).

28 TAVOLARO, op. cit., p. 638.

29 Ibidem, p. 642-644.

30 Ibidem, p. 643.

31 TAVOLARO, op. cit., p. 643.

Esse conjunto de argumentos que compõe essa tese³² foi desenvolvido ao longo dos tempos por intérpretes diferentes em contextos específicos e mais ou menos articulados, no entanto, são recorrentes e dialogam com as perspectivas “modelares da modernidade”.³³ Jessé Souza é outro autor que observa que há uma perspectiva própria de modernização com temas invariantes e centrais como herança ibérica, personalismo e patrimonialismo³⁴ que exercem uma enorme influência no pensamento social brasileiro e “sobre nossa vida prática e institucional”.

Souza argumenta que, segundo esse pensamento que abrange autores como Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Roberto DaMatta, o Brasil não teria completado seu processo de modernização conforme outras culturas ocidentais modernas, pois “nossa influência maior (...) seria a de uma Europa pré-moderna,³⁵ circunstância essa, por sinal, que teria facilitado a mistura de raças e culturas que teria acontecido entre nós”.³⁶ O autor advoga pela tese de que no Brasil ocorreu uma “modernização seletiva” na qual, diferente do que apontaram aqueles autores, o Brasil teria alcançado a modernização de forma particular e, principalmente, seletiva, ainda que esta não fosse uma exclusividade da sociedade brasileira.

O que caracterizou esse processo não foi reproduzir uma forma de ser ou pensar ibérica, ou mesmo a coexistência de uma institucionalidade moderna com estímulos culturais “pré-modernos”, mas as gritantes diferenças sociais existentes no país. Essas são resultados de uma internalização dos valores modernos de modo seletivo, isto é, para os poucos que tiveram condições de internalizá-los. O negro, nesse sentido, segundo Souza,³⁷ “vítima de preconceito e de seu próprio abandono, não teve nem terá acesso mais tarde ao lado menos sombrio dos novos tempos”. Também não foi considerado útil aos processos de modernização já que carregava o estigma de animalizado pela força física e apetite sexual. O negro teria sido então abandonado nos principais processos históricos de modernização da sociedade brasileira: a abolição da escravidão e a formação de um mercado de trabalho competitivo. Esse abandono criou uma “ralé” brasileira, uma classe de desvalidos que tinha no negro sua base social inicial, mas que foi redefinido e estendido a pobres, dependentes ou agregados rurais e urbanos de qualquer cor, relegando-os a uma vida marginal e humilhante.³⁸

Os argumentos que viriam a compor e influenciar o pensamento e a práxis social brasileira num ambiente de incertezas de uma nação ainda não totalmente “acabada” careciam de um certo grau de imaginação para sua formulação, como afirmou Lilia Schwarcz na apresentação

32 Esse conjunto de argumentos tem um componente (negativo) racial e de classe evidente, mesmo quando mobilizados por pensadores da esquerda política.

33 TAVOLARO, op. cit., p. 644.

34 SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva**: uma interpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. p. 6.

35 Essas proposições que destacam a incapacidade de modernização por conta da colonização são compatíveis com a tese dos “restos feudais” ou “semifeudalismo” no Brasil que por tanto tempo orientou as discussões no PCB, ainda que a fonte de tal tese tivesse sido a III Internacional Comunista e sua orientação política para países atrasados “coloniais” e “semicoloniais”.

36 SOUZA, op. cit., p. 74.

37 Ibidem, p. 122.

38 SOUZA, op. cit., p. 66.

de *Comunidades imaginadas* de Benedict Anderson: “‘imaginar’ é um exercício tanto difícil quanto necessário, nações são imaginadas, no sentido de que fazem sentido para a ‘alma’ e constituem objetos de desejos e projeções”.³⁹ O imaginado e o concreto se emaranham nos processos normativos e empíricos na averiguação da singularidade nacional e abrange sujeitos sociais os mais variados para sua efetivação. O PCB, nesse sentido, não ficaria incólume a esse processo.

Portanto, à direita e à esquerda do espectro político houve uma influência de natureza estruturalista na noção de um *caráter nacional* que se constrói a partir de uma lógica cultural compreendida como produção do espírito humano e que ocorre sem que os sujeitos do processo tenham consciência disso, isto é, o jeito de ser próprio do brasileiro seria assim atravessado por estruturas e instituições que o preexistem. De um ponto de vista conservador seria pouco profícuo negar essas raízes ou tentar romper abruptamente com aquilo que “sabemos ou aprendemos ser”. Por outro lado, de um ponto de vista progressista, romper com essas “raízes arcaicas” seria ponto fulcral para a modernização e resolução dos problemas nacionais.⁴⁰

O PCB, conforme argumentou Oliveira,⁴¹ “oscilou entre posições reformistas e revolucionárias” em sua teoria de uma revolução brasileira e não conseguiu “levar adiante uma política autônoma tanto nas fileiras internas como no seio da classe trabalhadora, ficando indiretamente a reboque do trabalhismo desenvolvimentista”. A posição do PCB se aproximava daqueles que enxergavam na sociedade brasileira um arcaísmo constituinte;⁴² uma sociedade pré-moderna que não completara seu processo de modernização, sendo assim, o primeiro objetivo seria de modernizar a sociedade brasileira rompendo com o ocidente arcaico-colonial-escravista e propugnando um Ocidente novo, industrialista, alavancado pela burguesia e posteriormente radicalizado pelo proletariado.⁴³

Se a singularidade brasileira de natureza pré-moderna empurrava a sociedade para o passado seria preciso superar aquela para desenvolver esta. Seria necessário, como tarefa

39 ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia da Letras, 2008. p. 10.

40 É possível, nesse sentido, contrastar e aproximar as posições de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda: para um e outro é o personalismo ibérico e o patriarcalismo familiar português que estruturam todas as instituições no Brasil colonial e continuam a exercer influência no Brasil republicano. Assim o poder privado familiar exercido pelo pai vai se confundir com o poder público, o Estado. Essa confusão público/privado não parece ser um problema para Freyre, mas Sérgio Buarque de Holanda, partindo dessa percepção da herança portuguesa, vai identificar a inexistência de uma exploração/colonização metódica e racional no Brasil e que determinaria a persistência de uma escala de valores incoerentes com instituições que careciam de valores modernos para um efetivo desenvolvimento de uma democracia de fato no país (SILVA, Marcelo M. Breves reflexões acerca do desenvolvimento social no Brasil. **Akrópolis**, Umuarama, v. 25, n. 1, p. 47-60, jan./jun. 2017. p. 50).

41 OLIVEIRA, Éder R. **Entre a reforma e a revolução**: O PCB e a Revolução Brasileira. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2017. p. 13.

42 Nos documentos do IV congresso do partido, ocorrido entre dezembro de 1954 e janeiro de 1955, se torna manifesto que a noção de restos feudais e atraso decorrente dos males da escravidão, entre idas e vindas, ainda orientava a perspectiva do partido sobre os problemas nacionais e suas soluções. “O latifúndio e os restos feudais escravistas impedem o livre desenvolvimento da economia nacional e determinam o atraso, a miséria e a pauperização crescente das grandes massas camponesas que constituem a maioria da população brasileira” (CARONE, Edgar. **O P.C.B.** (1943-1964). São Paulo: Difel, 1982b. p. 131).

43 MAZZEO, Antônio C. **Sinfonia inacabada**: a política dos comunistas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 1999. p. 15.

do partido, orientar o proletariado a apoiar a burguesia progressista na construção de um capitalismo autenticamente nacional e desenvolvido. Essa ideia ganhou força em 1943 com a política da União Nacional e o apoio do partido a Getúlio Vargas contra o nazifascismo.⁴⁴ Nesse momento fica explícita a noção de uma comunidade política imaginada como definida por Anderson:⁴⁵ imaginada porque parte de uma coletividade maior na qual a totalidade seus membros jamais se conhecerão ou se encontrarão, no entanto, imagina-se (como comunidade) uma camaradagem horizontal para além das dissensões internas.

Ainda que exista na proposta de conciliação de classes uma dimensão estratégica, pragmática, sem a percepção de uma unidade nacional que remete a um passado comum essa conciliação seria impossível. Essa comunidade política imaginada alinhada a um sistema cultural longo remete à noção de uma camaradagem horizontal tão presente nas teses freyreanas que não negavam os antagonismos na formação da sociedade brasileira, ao contrário, os enfatizavam, mas apontavam para o equilíbrio desses antagonismos com tensões e aproximações.⁴⁶ Nessa perspectiva, se não há uma relação de negação é na integração entre a casa-grande e a senzala que deve ser buscada a natureza das relações sociais no Brasil; na integração entre o senhor e o escravo, entre o dominado e o dominador. Segundo Souza,⁴⁷ a atenção de Freyre “esteve sempre voltada a perceber formas de integração harmônica de contrários, interdependência e comunicação recíproca entre diferentes, sejam essas diferenças entre culturas, grupos, gêneros ou classes”.

Para além de uma análise da realidade brasileira, havia em Freyre uma proposta de conciliação, de integração de contrários. Proposta essa absorvida pela sociedade brasileira (inclusive pelo Estado) e com influência no PCB. A priori, axiologicamente, não há problema com essa proposta, no entanto, existindo divergência de objetivos entre as classes, as divergências se tornam inconciliáveis e aí se encontra o problema, pois a noção de um Brasil comum que engloba classes dominantes e as classes populares é falsa já que essas não são antagônicas apenas no que diz respeito à diferença (cultural), mas também, e principalmente, à desigualdade. O objetivo da burguesia nacional com a qual o PCB viria a se alinhar⁴⁸ nunca deixou de ser a exploração a mais predatória possível dos trabalhadores – fato reconhecido pelo PCB⁴⁹ –, e seu discurso nacionalista serviria como uma estratégia para fazer frente ao capital estrangeiro sem romper com a submissão a este.

Setores do PCB apoiados por Luís Carlos Prestes viam a União Nacional como um movimento de pacificação para além do combate ao nazifascismo, essencialmente uma “pacificação da família brasileira”. Aqueles que apressadamente levantavam problemas para além dos imediatos, relativos às lutas contra o eixo, nessa perspectiva, se esqueciam

44 Ibidem, p. 72.

45 ANDERSON, op. cit., p. 32.

46 SILVA, op. cit., p. 50.

47 SOUZA, op. cit., p. 71.

48 CARONE, op. cit., 1982b, p. 132.

49 Ibidem, p. 187.

das “etapas sucessivas e necessárias” para a evolução política do povo brasileiro.⁵⁰ Essas etapas sucessivas e necessárias significavam, na prática, sair de um país semifeudal – portanto atrasado, para um país moderno – para uma democracia burguesa e posteriormente desembocar numa democracia proletária.

No que diz respeito à questão racial, duas são as linhas interpretativas principais que emergem da noção de excepcionalidade ou singularidade brasileira: aquela já citada em que as tensões sociais são amenizadas por um relativo equilíbrio e pacificação dos antagonismos entre senhores e escravizados, tornando os conflitos raciais algo estranho à sociedade brasileira; e outra em que os conflitos seriam inerentes às relações entre senhores e escravizados, no entanto, por serem reiteradamente negados redundaram em um “racismo à brasileira”, uma forma velada de racismo em que a mistura e inclusão se confundiria com a segregação e exclusão da população negra. Assim, as explicações seriam transportadas para o campo privado do preconceito e, no limite, da discriminação. As duas abordagens orbitam em torno da noção de democracia racial, como afirmação, constatação, crítica ou negação.

A lateralidade da questão racial

A TESE DA SINGULARIDADE da formação nacional a partir do referencial de uma profunda e peculiar miscigenação brasileira influenciou o pensamento e discursos de alguns importantes membros do partido, ainda que a questão racial não tivesse sido problematizada de forma efetiva até 1934. Alfonso e Matos⁵¹ argumentam que Otávio Brandão, importante dirigente do PCB à época, ao não reconhecer a existência de um “tipo brasileiro definido” em texto de meados dos anos 1920, não diferenciava o “tipo” brasileiro negro – majoritariamente pobre – da elite branca e mesmo de uma parte do operariado, branco, que mesmo pobre ocupava os melhores lugares no mercado de trabalho; isto é, Brandão não problematizava e nem politizava a questão racial na estrutura social brasileira e sequer a associava à assimetria entre as classes sociais. Em outro texto, de 1923, Brandão afirmava enfaticamente a não existência de uma questão racial no Brasil.⁵²

Para Astrojildo Pereira, outro importante dirigente do partido, a questão racial não influenciaria as lutas de classes no Brasil, e mesmo existindo, seria secundária.⁵³ Mais emblemático é o caso de Minervino de Oliveira, político negro que abraçara sem ressalvas o programa do partido entendendo que a transformação radical do sistema em etapas passando de uma democracia pequeno-burguesa à democracia proletária deveria ser o foco da ação política do PCB.⁵⁴

50 Ibidem, p. 19-20.

51 Op. cit., p. 97.

52 CHADAREVIAN, op. cit., p. 259.

53 LIMA, op. cit., p. 130.

54 DOMINGUES, op. cit., p. 20.

Nota-se, por esses exemplos, como a questão racial foi ignorada no PCB no período anterior ao início da década de 1930.⁵⁵ Essa negação contribuiu para que o partido não tivesse conseguido avançar de maneira mais efetiva sua influência entre a população negra. Outra consequência foi a pressão da Internacional Comunista (IC) para que o PCB incluísse em seu programa a questão racial. No entendimento de Moscou e da IC, o PCB abandonou a população negra brasileira à própria sorte, assimilando um projeto de nação que não a incluía. O PCB, segundo a IC, negligenciara o componente racial da realidade brasileira e conseqüentemente do possível processo revolucionário. Com isso pouco agiu no sentido de incluir a massa de trabalhadores negros em seu programa, perdendo a oportunidade de aumentar o poder de fogo do partido.⁵⁶

A explicação do PCB, como já acentuamos, para o racismo no Brasil é a mesma que perpassará outras explicações por todo o século XX: o racismo como um elemento arcaico (no caso semifeudal) que resistira à modernização

O preconceito, na ótica dos autores comunistas, era entendido como um fenômeno herdado do passado escravista e colonial do país, cujas estruturas e ideologia eram ainda predominantes. Uma primeira etapa importante para vencê-lo seria, portanto, a realização de uma revolução burguesa democrática, substituindo de vez a classe dominante feudalista latifundiária por outra, nacional e industrialista. Nesta nova etapa, que futuramente criaria as condições para uma revolução socialista, não sobraria espaço para o racismo.⁵⁷

Essa tese, anteriormente enunciada por Otávio Brandão, opunha o moderno ao atraso e tratava a questão racial como um fenômeno político e cultural circunscrito ao campo da opressão e sem relação direta com a exploração econômica. Sobre essa questão Chadarevian⁵⁸ faz importante observação:

era, ademais, improvável que autores comunistas considerassem a opressão racial como um mecanismo de exploração econômica dos trabalhadores negros pela classe dominante, já que um segmento dessa classe – a burguesia nacional – era vista como um ator central das mudanças necessárias para superar a fase feudal em que se encontrava a economia do país.

Nesse sentido, combinam-se pragmatismo, sectarismo e racismo estrutural nos dilemas a serem enfrentados pelo PCB: como tratar como racista um segmento (a burguesia nacional) que se quer como aliado político?⁵⁹ Como superar uma lógica societária estruturalmente

55 Enquanto Chadarevian (2012) identifica essa “virada” na abordagem da questão racial pelo PCB no ano de 1934, Jéssica Graham (2014) afirma que essa se deu em 1932.

56 LIMA, op. cit., p. 117-119.

57 CHADAREVIAN, op. cit., p. 275.

58 Ibidem, p. 277.

59 Segundo Alfonso e Matos (op. cit., p. 98): “A questão negra só poderia ser central no programa do partido caso houvesse a estratégia pela independência da classe operária nas lutas pelo desenvolvimento do país. A conciliação de classes não poderia aceitar a afirmação da identidade negra sob o risco de questionar a hegemonia burguesa”. Interessante notar que contemporaneamente a conciliação de classes pode e tende a afirmar a identidade negra, principalmente em seus aspectos culturais, mas ainda é resiliente em relação ao reconhecimento e combate às desigualdades raciais.

racista,⁶⁰ o capitalismo, sem passar pelas etapas necessárias do processo revolucionário que pretendia desenvolvê-lo para superá-lo?

Marcelo Paixão⁶¹ formulou um importante raciocínio explicativo a partir do conceito de “lenda da modernidade encantada” e que nos ajuda a responder à primeira das questões levantadas no parágrafo acima. O autor afirma que os projetos e os processos de modernização do país conservaram intactas as tradicionais hierarquias sociais, “evoluindo em círculos fechados”.⁶² Portanto, mesmo com as formulações culturalistas consideradas progressistas o pacto tácito em torno da desigualdade se mantém e se repõe desde o início do século XX e principalmente da década de 1930, quando o projeto nacional-desenvolvimentista seria “escolhido” como modelo de desenvolvimento. O sucesso do pacto nacional-desenvolvimentista dependia de uma resolução satisfatória dos conflitos e de uma fórmula na qual as desigualdades sociais não constituíssem obstáculo à sua concretização. Nesse sentido, a

democracia racial, que poderia trazer um relacionamento mais amistoso entre indivíduos portadores de marcas raciais diferentes somente se torna factível quando um dos polos da relação aceita se sujeitar no interior dos contatos, como indivíduos e coletividades, às relações notadamente assimétricas em termos econômicos, políticos e simbólicos.⁶³

Para além dos aspectos pragmáticos, ao não destacar o aspecto racista das relações entre as classes, o PCB implicitamente aceitou a assimetria racial que funcionava como uma das cláusulas tácitas do “contrato racial” em que o culturalismo de cariz freyreano exercia um papel estratégico no que diz respeito ao ambiente ideológico e cultural propício para tal contrato. Portanto, a singularidade brasileira, mítica (ou lendária nas palavras de Paixão), seria de que o Brasil haveria encontrado uma via alternativa ao processo de modernização que “passaria pela preservação de áreas intocadas pelo funesto mundo do interesse material e político. Essa zona não interessada da vida social formaria uma espécie de refúgio ao desencantamento do mundo”,⁶⁴ e essa especificidade conciliatória viria a compor a ideologia do movimento de Unidade Nacional contra o fascismo defendido pelo PCB.

Mesmo com a mudança de abordagem a partir de 1934,⁶⁵ a orientação teórica do partido influenciaria as perspectivas dos seus membros com posições por vezes sectárias

60 WALLERSTEIN, Immanuel. Universalismo, racismo y sexismo: tensiones ideológicas del capitalismo. In: BALIBAR, Étienne; WALLERSTEIN, Immanuel. **Raza, nación e clase**. Madrid: IEPALA, 1991. p. 49-62; FAUSTINO, Deivison M. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, jun. 2018.

61 PAIXÃO, Marcelo J. O justo combate: reflexões sobre relações raciais e desenvolvimento em questão. **Revista Simbiótica**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 1-59, 2015.

62 Ibidem, p. 3.

63 PAIXÃO, op. cit., p. 18.

64 Ibidem, p. 26.

65 A inclusão da questão racial da pauta do PCB e a preocupação em atrair negros para os quadros do partido e discutir a questão racial foi tensa e conflituosa, como afirma Lima (2015, 142): “Ainda que na forma de diretiva e resolução partidária –o que não significa efetivação prática da política definida –os comunistas brasileiros foram convencidos a tratar da questão racial no Brasil”.

e estereotipadas. Contudo, segundo Chadarevian,⁶⁶ não se tratava de um arcabouço teórico racista na medida em que negros importantes como Édison Carneiro, Solano Trindade e Clóvis Moura (além de Minervino Oliveira, candidato à presidência; Claudino Silva, primeiro deputado federal; e Carlos Marighela, secretário da executiva central) fizeram parte de suas fileiras, sem, no entanto, modificar seus pressupostos principais. O porquê dessa pouca influência dos negros(as) nas formulações principais do partido suscita um debate que não teríamos condições de fazê-lo nesse espaço, no entanto, entendemos que existem constrangimentos estruturais próprios da sociedade e sociabilidade brasileira que ajudam a explicar este porquê: o fato do Brasil ser uma nação marcada economicamente por uma dependência estrutural;⁶⁷ socialmente por um racismo estrutural (OLIVEIRA, 2021); e uma branquitude constitutiva das instituições (políticas, jurídicas, educacionais etc.) significa pois que os lugares sociais ocupados por brancos estão relacionados com uma história de expropriação de outros grupos e apropriação dos mecanismos de poder, ou seja, “a raça é vista não apenas como diferença, mas como hierarquia”.⁶⁸ O PCB, imerso nessa “atmosfera geral”, reproduziu até certo ponto esses constrangimentos.

O projeto nacional-desenvolvimentista e sua justificação ideológica, a democracia racial, exerceram influência fundamental, ainda que como um “não dito” na ação político-institucional do partido, fazendo com que a perspectiva do PCB estivesse entre a democracia racial tal como se apresentava ou mesmo um aprofundamento dessa, “chegando a colocar-se à direita dos setores liberais burgueses e de classe média da União Democrática Nacional (UDN) que propunham leis para a garantia dos direitos civis mais elementares aos negros”.⁶⁹ O argumento de que a problematização da temática do racismo acarretaria uma possível divisão da classe trabalhadora não levava em conta que essa divisão se dava pelo racismo e não pela contraposição à noção conservadora e culturalista de democracia racial que reificava a raça no lugar de buscar superá-la e a isolava da noção de classes. Se as condições históricas permitiam ou não ao PCB (como instituição) esse tipo de crítica é um outro assunto, fato é que institucionalmente a questão racial foi subestimada pelo partido.

A perspectiva institucional do PCB sobre a questão racial no Brasil

QUANDO AVALIADOS documentos do PCB nas suas décadas iniciais, disponíveis em materiais diversos – resoluções de congressos, estatutos, manifestos, periódicos, jornais e em alguns textos como, por exemplo: “A formação do PCB” de Astrojildo Pereira; “Agrarismo e industrialismo” de Octávio Brandão; “Contribuição à história do PCB” de

66 Op. cit., p. 258-259.

67 MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988.

68 BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva; PIZA, Edith. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 1-30.

69 ALFONSO E MATOS, op. cit., p. 103.

Nelson Werneck Sodré; “O PCB” em três volumes, antologia reunida por Edgar Carone, entre outros –, concluímos, como já destacamos, que a questão racial no Brasil foi lateralizada institucionalmente no partido. É possível identificar o debate sobre essa questão no interior do partido na atuação e crítica de alguns de seus militantes, mas longe de expressar uma posição institucional. Não foi um tema trabalhado nos congressos e nem presente nos estatutos a não ser por breves e abstratas considerações no que diz respeito à condição socioeconômica dos negros no Brasil e aos “privilégios de raça, cor e nacionalidade”, mas sem explicitar a classe privilegiada nem tampouco tocar na questão do racismo, como, por exemplo, no Manifesto da Aliança Nacional Libertadora, de 5 de julho de 1935.

Com a Aliança estarão todos os homens de cor do Brasil, os herdeiros das tradições gloriosas das Palmares, porque só a ampla democracia, de um governo realmente popular, será capaz de acabar para sempre com todos os privilégios de raça, de cor ou de nacionalidade, e de dar aos pretos no Brasil a imensa perspectiva da liberdade e igualdade, livre de quaisquer preconceitos reacionários, pela qual lutam com denodo há mais de três séculos.⁷⁰

Em outros momentos, como na participação de comunistas brasileiros no VI Congresso da Internacional Comunista, os representantes do PCB reconheceriam a existência de desigualdades entre grupos raciais, mas negariam que a razão principal ou conjunta fosse em função da raça ou cor afirmando mesmo a inexistência de um “problema” racial no país.⁷¹ Também na I Conferência Comunista Latino-Americana seria reconhecido por parte da delegação brasileira o preconceito racial, no entanto, este deveria ser combatido pelo partido na medida em que se apresentasse, negando-lhe seu caráter estrutural.⁷²

A virada ou mudança de orientação do partido em relação à questão racial, conforme Chadarevian,⁷³ se deu a partir de 1934, e em grande medida influenciada pelas críticas do executivo central da IC do final da década de 1920 e início da década de 1930.⁷⁴

Se nos primeiros números do jornal *A Classe Operária*, em 1925,⁷⁵ o trabalhador foi indiferenciado quanto as suas características fenotípicas e de gênero, e também quanto à regionalidade,⁷⁶ a partir da edição de 1º de maio de 1928, em um artigo conclamando o jovem proletariado ou a juventude proletária à luta, é que será reconhecida certa especificidade do trabalhador: o PCB dará atenção especial à juventude considerando que esta seria o proletariado do futuro, e que apesar da intensa exploração a que estavam submetidos eram fracos do ponto de vista organizacional. Essa atenção denotava mais a estratégia de formar

70 CARONE, Edgar. **O P.C.B.** (1922-1943). São Paulo: Difel, 1982. p. 178.

71 CHADAREVIAN, op. cit., p. 260.

72 Ibidem, p. 261.

73 Ibidem, p. 257.

74 Ibidem, p. 262; LIMA, op. cit., p. 116.

75 Arquivos de várias edições do jornal *A Classe Operária* entre 1925 e 1968 encontram-se disponíveis em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/classe_operaria/index.htm. Acesso em: 5 dez. 2021.

76 O jornal se referia aos trabalhadores como industriais/urbanos e rurais, ou de categorias ocupacionais específicas como seringueiros, estivadores, tecelões, alfaiates etc.

novos contingentes de trabalhadores comunistas combativos do que uma preocupação com sua (dos trabalhadores) diversidade ou particularidade.

É compreensível que na formação de uma classe operária e de uma “consciência operária” o mais importante seria acentuar os aspectos universais dessa classe. A dialética universal-particular não se põe sem alguma experiência prévia e tampouco questiona o modelo “moderno” sem o desenvolvimento histórico das contradições que se apresentam.

Em meados e no final da década de 1920 as contradições que opunham as particularidades das desigualdades (socioeconômicas, culturais) à percepção universal do modelo moderno ainda não estavam claras. Primeiro seria preciso no imaginário político e social brasileiro existir um “povo”⁷⁷ que expressasse a integração nacional para depois apontar as particularidades dessa abstração. Esse “povo” foi gestado em um ambiente histórico e cultural no qual se confrontava o racismo científico, portanto, a mobilização de cunho culturalista que enfatizava os aspectos que uniam os brasileiros em torno de uma cultura compartilhada fazia todo o sentido. E no PCB, a perspectiva determinista de etapas de desenvolvimento específicas e pré-definidas para cada país a depender de sua natureza econômica ajudou a deslocar a explicação das desigualdades raciais dos condicionantes biológicos para a estrutura econômica semifeudal do país, confrontando assim o racismo científico com uma abordagem alternativa ao culturalismo, ainda que futuramente essas abordagens – economicista e culturalista – se influenciassem mutuamente.⁷⁸

As discussões sobre a existência ou a possibilidade de um “povo brasileiro” antecedem a formação de uma classe operária, esta última de caráter urbano e o primeiro já presente nas preocupações determinísticas do século XVIII. Se “raça” no Brasil jamais foi um termo neutro, associado frequentemente com a imagem do país de maneira positiva ou negativa, a “classe operária” foi um termo universal não denotado por características culturais ou étnicas específicas, ou seja, para a definição de “povo” no Brasil a raça estava presente no debate, já para a definição de classe operária, não. E foi a partir do momento em que a noção de “povo” se sedimentou como unidade na diversidade é que a noção de raça como núcleo duro definidor do brasileiro perdeu força nos discursos institucionais, e a cor ou raça da classe operária passou a não ter muita importância discursiva.

Portanto, decorrente das lutas dessa incipiente classe operária o PCB não se formou diretamente a partir das experiências de luta dos trabalhadores negros ou indígenas, ainda que tenham sido influenciadas por estas. Na verdade, se formou como um partido urbano

77 A palavra *povo* está entre aspas para denotar uma natureza abstrata que não inclui as contradições de classe, raça ou gênero. Em geral, nos discursos políticos, o “povo” dilui ou esteriliza a noção de luta de classes.

78 Gilberto Freyre em *Casa-grande & senzala* afirmaria que “Por menos inclinados que sejamos ao materialismo histórico, tantas vezes exagerado nas suas generalizações – principalmente em trabalhos de sectários e fanáticos – temos que admitir influência considerável, embora nem sempre preponderante, da técnica da produção econômica sobre a estrutura das sociedades” (FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal.** 48ª ed. São Paulo: Global, 2003), assim como os comunistas apontariam para a importância da natureza cultural dos povos na estruturação das sociedades, e de que o choque de culturas entre os descendentes de africanos e europeus poderia explicar a distância entre os grupos.

e com críticas à organização (ou falta dessa) dos trabalhadores rurais. E é só na medida em que esse incipiente proletariado se desenvolve e se coteja com os trabalhadores rurais e suas particularidades raciais, de gênero etc., é que a autopercepção e autocrítica se tornam possíveis.

Na edição do *A Classe Operária*, de maio do ano de 1928, aparece a observação “Trabalhadores, uni-vos, sem distincção de línguas ou de raças, supprimindo a estreitez odiosa das fronteiras!”.⁷⁹ O PCB combatia então o que chamava de “divisionismo anarquista”, por entender que este enfraqueceria, ao dividir, o proletariado. As massas operárias deveriam ser reunidas independentemente de suas várias vertentes num só bloco a fim de fortalecer a luta. Mais uma vez a postura intransigente em relação à diversidade tinha raízes na necessidade de unificação.⁸⁰ Como já expomos anteriormente, existia e existe uma preocupação dos partidos marxistas de que as classes dominantes utilizassem características específicas dos trabalhadores para melhor exercer seu poder, o “dividir para dominar”.⁸¹

Na edição desse mesmo jornal, de 6 de julho de 1929, um artigo intitulado “A questão das raças e nacionalidades na União Soviética”, assinado por Leucipo Gonçalves a partir de observações feitas em viagem pela URSS, destacava que no país, de maneira geral, a questão da raça e nacionalidade seria na verdade uma questão de classes, e o problema das desigualdades seria apenas de exploração. Ao discorrer sobre turcos e armênios, o autor argumenta que não há diferença entre as burguesias de um e outro: ambas são exploradoras do proletariado independente da raça: “como entre burgueses, pertençam a que raça pertencerem, não há desavenças quando se trata de interesses comuns, essa opressão recai unicamente sobre o proletariado”.⁸² Por essa perspectiva, a distinção racial seria apenas uma forma da burguesia enfraquecer o proletariado, problema esse que é (e foi) sanado pela revolução (russa). Ainda nessa edição há uma chamada para jovens e mulheres à luta proletária, a primeira menção às mulheres no jornal, reconhecendo assim a especificidade das trabalhadoras e da importância de sua atuação, destaque repetido em edições posteriores do *A Classe Operária*.

O artigo sobre um discurso de Minervino de Oliveira, quadro importante do partido, ocupa uma posição de destaque sem, no entanto, especificá-lo como negro, e em seu discurso não aparece nada que diga respeito à raça. Está presente a sugestão que Minervino seria perseguido, mas tão somente por sua condição de comunista e agitador representante no conselho municipal do bloco operário-camponês.⁸³

No *A Classe Operária*, de 15 de dezembro de 1931, encontramos uma crítica à FNB, considerada uma organização burguesa pelo PCB, assim como uma chamada aos negros

79 *A Classe Operária*, 1º maio 1928.

80 *A Classe Operária*, 5 maio 1928.

81 HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005. p. 124.

82 *A Classe Operária*, 6 jul. 1929.

83 *Ibidem*, p. 4.

às fileiras do partido que, segundo o artigo, não distinguiria nem raça ou cor colocadas como situações específicas, diferenciadas. Dada à boa recepção por parte da população negra aos postulados defendidos pela FNB, que apontavam para problemas imediatos dessa população, relativos à discriminação, trabalho etc., a posição do PCB, não distinguindo raça e classe e não compreendendo a especificidade das demandas da população negra provavelmente contribuiu para não abalar o sucesso que alcançou a FNB.

Em 1º de agosto de 1934, a edição do *A Classe Operária*, página 7, trazia um artigo intitulado “Negros e índios escravizados!” que afirmava

No odioso regime em que vivemos, vós sofreis duplamente a opressão e a exploração: como classe e como nacionalidades escravizadas (...) todos os direitos políticos, econômicos, culturais e sociais os são negados e usurpados. Vossas terras são roubadas. Vos pagam menores salários.

No entanto, como em edições posteriores, a atenção maior é dada ao indígena tido como valente e oprimido.⁸⁴ A resolução para o problema indígena seria a revolução agrária e anti-imperialista. O aspecto destacado, como também o foi muitas vezes em relação ao negro, é o caráter mítico, heroico e exótico desses povos:

só a revolução agrária e anti-imperialista *lhes despertará para a vida e para a civilização*, dando-lhes pleno direito de se constituírem em nacionalidade autônoma, com o seu próprio governo, língua etc., só a revolução agrária e anti-imperialista lhes devolverá as terras e os bens roubados pelos exploradores nacionais e estrangeiros, e lhes abrirá para *uma vida de conforto e bem-estar*.⁸⁵

Nota-se neste trecho uma noção evolucionista de que as populações indígenas estariam fora da civilização, provavelmente de cariz ocidental, e que adentrar a essa “civilização” lhes proporcionaria “conforto e bem-estar”. Apesar da crítica à postura burguesa frente às populações indígenas, é a noção moderna (e burguesa) de civilização que se abraça como mote.

De meados dos anos 1930 adiante, exceto pela participação de delegados comunistas no congresso afro-brasileiro de 1937, são poucas as considerações sobre essa questão que aparecem nos documentos do partido. Com o pré-guerra e a preocupação com o eixo fascista – inclusive com o desenvolvimento de um ideário fascista no Brasil liderado por Plínio Salgado –, as energias do partido pareceram concentradas nessa direção – o combate à ameaça fascista – e na formulação de um programa nacionalista (nacional-libertador nas palavras de Prestes), chegando ao ponto de Luís Carlos Prestes, em carta a Severo Fournier de 1938,⁸⁶ afirmar que se preciso fosse apoiaria Getúlio Vargas nessa empreitada, mesmo este tendo entregado a Hitler sua companheira. Como já destacamos, um programa nacionalista, já que uma “unidade nacional” não admite ou, pelo menos, evita particularismos.

84 Idem, 12 set. 1934; idem, 1º maio 1935.

85 *A Classe Operária*, 1º maio 1935, p. 12, grifos nossos.

86 CARONE, op. cit., 1982, p. 216.

De modo geral, nos veículos de imprensa oficial do partido, nas atas dos congressos, nos estatutos, nos manifestos etc., muito pouco se falou sobre o negro ou a questão racial no Brasil, e não encontramos nenhuma reflexão mais aprofundada sobre as condições da população negra, discriminação e preconceito racial ou racismo, a não ser na reflexão de alguns dos seus mais importantes teóricos. Essas reflexões apesar de influentes não chegaram a fazer parte do debate institucional expresso nos documentos do PCB.

Considerações finais

A IMPORTÂNCIA DO PCB na história da esquerda e no sistema partidário brasileiro e a centralidade da questão racial na formação e desenvolvimento histórico do Brasil revelam a necessidade de investigação de como tal questão foi abordada pelo partido na sua longa trajetória. Neste texto destacamos o tratamento da questão racial pelo partido em suas primeiras décadas de existência, argumentando que o PCB não ignorou a questão racial brasileira, mas tratou-a lateralmente em seus documentos e ação institucional.

No campo da esquerda partidária, o PCB foi pioneiro em politizar a questão racial colocando-a na arena política, cotejando a exploração econômica sofrida pela maioria do povo brasileiro com a opressão sofrida pelo povo negro, no entanto, privilegiando a primeira em suas preocupações.

Uma das razões pelas quais ocorreu essa timidez institucional do partido em relação à questão racial é a influência que a perspectiva fundacional, a *tese da singularidade brasileira*, exerceu no partido, remetendo ao povo brasileiro características quase inatas advindas de uma tradição ibérica, em certo sentido, tida como antimoderna e que precisava, de um ponto de vista progressista, ser superada. Por essa perspectiva o racismo era um traço pré-moderno que não correspondia à fluidez racial de um país miscigenado e à necessidade de uma unidade nacional para o seu desenvolvimento social.

Portanto, para o PCB, institucionalmente, a população negra nunca representou uma força motriz para uma revolução brasileira, mesmo o partido reconhecendo em seus documentos o aspecto combativo dessa população. Será na formulação de um intelectual pecebista como Clóvis Moura que a interpelação ao partido de um posicionamento e reconhecimento da centralidade da questão racial no Brasil, para se pensar a revolução brasileira, ocorreria de forma mais contundente, porém como uma voz quase que solitária.

Recebido em 29/01/2022

Aprovado em 05/10/2022